



PRESERVAÇÃO

Conselho Internacional para Monumentos e Sítios se reúne em Brasília para avaliar denúncias de agressão ao projeto original. Cidade está em risco e pode perder título de Patrimônio da Humanidade

DF - Brasília Na mira da Unesco

João Luiz Marcondes
Da equipe do Correio

Adauto Cruz



PILOTIS ERAM DESTINADOS, NO PROJETO ORIGINAL, A TRADUZIR A LIBERDADE DE CIRCULAR: TRANSFORMAÇÃO

O morador de Brasília tem motivos de orgulho. Afinal, habita uma obra de arte, ao contrário dos turistas, que só a contempla de passagem e sob os cliques das máquinas fotográficas. Quem conferiu o status de cidade arte à capital brasileira foi a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que lhe deu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

A Unesco pode, agora, derrubar o título. Nos dias 3 a 6 de maio, o comitê executivo brasileiro do Conselho Internacional para Monumentos e Sítios (Icomos) se reúne no Hotel das Nações, em Brasília. Na pauta, a descaracterização da cidade tombada. O Icomos é uma organização não-governamental (ONG) que presta consultoria à Unesco e avalia se uma cidade tem ou não condições para ser considerada Patrimônio da Humanidade.

Foi o Conselho que analisou, recentemente, a proposta de conceder o título de Patrimônio Mundial à cidade de Goiás, conhecida como *Goiás Velho*. E aprovou. O processo tramita na Unesco. O Icomos também lançou Brasília na lista negra de patrimônios em risco, pela descaracterização que vem sofrendo. Pelo mesmo motivo, o Parque Nacional das Cataratas do Iguaçu também corre o risco de perder o título de Patrimônio Natural.

Dois exemplos da descaracterização, em Brasília, são as coberturas de sétimo andar nas quadras do Plano Piloto e a ocupação dos pilotis dos prédios

com cercas e muros. Da reunião do Icomos sairá um relatório, mostrando se Brasília está, de fato, desrespeitando as normas do tombamento.

“Há, sim, o risco de Brasília perder o título”, avisa Suzanna Sampaio, membro do Comitê Executivo do Icomos, entidade que conta com 6.200 associados, em 106 países. “Há tempos, estamos recebendo denúncias de que o patrimônio vem sendo desrespeitado na capital”, explica Suzanna, que também é conselheira do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Iphan.

Junto com os membros do Icomos — cerca de 20 pessoas

—, estará também em Brasília o arquiteto colombiano Raol Pastana, da Unesco. Ele fará o relatório sobre a situação do tombamento de Brasília, que será entregue na sede da entidade, na capital francesa. “O caso de Brasília será o tema principal a ser discutido nessa reunião”, enfatiza Suzanna.

RESPONSABILIDADE

Defensores do tombamento vêem a atitude do Icomos e da Unesco como necessária para a manutenção da obra de arte de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. “O fato de Brasília estar sendo apontada como patrimônio em risco já é

de extrema gravidade. Parte dessa responsabilidade é do Governo do Distrito Federal, mas há também responsabilidade do Governo Federal”, observa o deputado federal Eduardo Campos (PSB-PE), presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Patrimônios Históricos Brasileiros.

“A reunião do Icomos, segundo Campos, é importante, para que sejam tomadas as providências necessárias”, acrescenta. O médico pioneiro Ernesto Silva, ex-diretor da Novacap e atualmente membro do Conselho Técnico de Preservação de Brasília (CTPB), presidido pelo governador Joaquim Roriz, também

A CIDADE AGREDIDA

COMÉRCIO

No Plano Piloto, o comércio bate recordes de utilização indevida da área pública, descaracterizando o tombamento. Algumas lojas avançam dez metros em direção às quadras residenciais. O Iphan propõe um limite máximo de quatro metros.

COBERTURAS

Lei do deputado distrital José Edmar (PMDB) permite construir coberturas no Plano Piloto, coletivas ou não. É considerada uma afronta ao traçado original, que não previa o sétimo pavimento. Em março, o juiz Francisco da Cunha Neves, da 16ª Vara Federal, proibiu novas coberturas nas superquadras. O caso ainda está na Justiça.

PILOTIS

Os andares térreos (pilotis) dos prédios residenciais do Plano Piloto deveriam ser uma área de livre circulação das pessoas entre os blocos. Muitos deles, no entanto, ganharam cercas e grades ou ainda cederam espaço a salões de festa ou ginástica, o que fere o projeto de Lúcio Costa.

PUBLICIDADE

Um dos graves problemas que a cidade tombada enfrenta é a poluição visual. Placas, outdoors, cartazes e faixas publicitárias tomaram as quadras do Plano Piloto, além do Eixo Monumental. O Plano Diretor de Publicidade, que tramita na Câmara Legislativa, não agradou aos especialistas e é considerado permissivo.

teme pelo futuro da cidade.

“Pessoalmente, acho que Brasília pode, mesmo, perder esse título. Principalmente se deputados da Câmara Legislativa continuarem a se meter em assunto que não entendem. E se o governador não for bem assessorado”, alerta Silva. “O pessoal da Unesco e do Icomos vem em boa hora”, completa.

Em abril, foi enviado para a sede da Unesco, em Paris, um primeiro relatório sobre os riscos

que o tombamento na capital vem sofrendo. O documento, elaborado pelo Iphan, cita algumas intervenções que desvirtuaram o plano original do urbanista Lúcio Costa. Estão listadas as construções do shopping Pier 21, nas margens do Lago Paranoá; do supermercado Extra, no final da Asa Norte; de apart-hotéis, no Setor de Clubes Norte; de coberturas, nas superquadras do Plano Piloto e de estacionamentos, nos fundos das lojas da 410/411 Norte.